



CÂMARA MUNICIPAL DE BAYEUX
CASA SEVERAQUE DIONÍSIO
Instituída em 10 de novembro de 1960

Câmara Municipal de Bayeux
APROVADO
Bayeux, 09/09/2019

Indicação nº 59/2019

Autor: Vereador Uedson Orelha

Ementa: Sugestão ao Poder Executivo.

Senhor Presidente:

O vereador que abaixo subscreve, requer na forma disciplinada pelos artigos 176 e 177, parágrafo único, do Regimento Interno, que seja direcionado ao prefeito de Bayeux, a seguinte indicação:

► **INDICO** ao prefeito constitucional de Bayeux, Sr. Gutemberg de Lima Davi, para que seja encaminhado mensagem para esta Casa Legislativa, juntamente com projeto de lei que “Institui o Programa de Obras em Regime de Parceria – PROERP”. (Minuta em anexo).

O PROERP visa implementar programa de obras relativas ao melhoramento de vias e logradouros públicos por meio de parcerias entre proprietário s ou titulares do domínio público ou possuidores, a qualquer título de imóveis com a Prefeitura Municipal, observadas as diretrizes e prioridades do Plano Diretor da cidade.

Sala das Sessões, 02 de setembro de 2019.

Uedson Orelha
Uedson Orelha
Vereador (PSL)

PROJETO DE LEI

Institui o Programa de Obras em Regime de Parceria – P R O E R P.

Art. 1º - As obras de melhoramento de vias e logradouros públicos do Município, quando solicitados expressa e diretamente por menos 2/3 (dois terços) dos proprietários ou titulares do domínio útil, ou possuidores a qualquer título de imóveis nesses locais poderão ser executados em regime de parceria de acordo com as normas e disposições desta Lei.

Art. 2º - Para o fim do disposto no artigo anterior fica instituído **O PROGRAMA DE OBRAS EM REGIME DE PARCERIA – P R O E R P**, definindo-se como parceiros, de um lado, os proprietários ou titulares do domínio públicos ou possuidores, a qualquer título de imóveis e, de outro lado, a Prefeitura Municipal de Bayeux.

Art. 3º - O programa abrangerá a execução de todos e quaisquer tipos de obras necessários ao melhoramento das vias e logradouros públicos, desde que considerados do interesse comum da Prefeitura e dos parceiros privados, observados as diretrizes e prioridades do Plano Diretor da Cidade.

Art. 4º - O programa será implantado com recursos financeiros dos parceiros privados e da Prefeitura Municipal de Bayeux, mediante acordos formais firmados entre si.

§ 1º - A Prefeitura participará do Programa aplicando recursos próprios até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor total das obras a executar, calculado conforme o disposto nesta Lei.

§ 2º - A participação da Prefeitura, em princípio, limitar-se-á ao valor calculado para as obras de infraestrutura de terraplanagem e drenagem.

Art. 5º - As obras de que trata o artigo 1º desta Lei serão executadas direta ou indiretamente pela Prefeitura Municipal de Bayeux, através da sua Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA.

Art. 6º - Formalizada a intenção de executar uma obra através do Programa, a SEINFRA elaborará o respectivo projeto memorial descrito e orçamento detalhado que serão submetidos aos parceiros privados juntamente com o plano de rateio das despesas entre eles e a Prefeitura.

§ 1º - Na elaboração dos orçamentos detalhados das obras, a SEINFRA considerará, além das despesas diretas com a sua execução, todas as incidências indiretas cabíveis de modo a refletir o valor real das mesmas.

§ 2º - Os parceiros privados serão convocados por Edital para examinar o projeto, o memorial descritivo, o orçamento detalhado das obras e o plano de rateio das despesas e emitir sua concordância formal com o teor desses documentos.

§ 3º - Os parceiros privados terão prazo fixado no Edital para exame da documentação constante do parágrafo anterior.

Art. 7º - A quantia correspondente ao valor total das obras excluídas a participação da Prefeitura será rateado entre todos os parceiros privados definidos no Art. 1º, proporcionalmente ao comprimento da testada dos seus lotes ou ao valor venal de cada imóvel, ou por outro critério que venha a ser ajustado.

Art. 8º - A Prefeitura poderá financiar aos parceiros privados, em prazos de 06 (seis) a 24 (vinte quatro) meses, o valor das quotas que lhe forem estabelecidas mediante condições previamente acordadas.

Parágrafo Único – Os financiamentos referidos no caput deste Artigo poderão ser feitas através de títulos de créditos, condicionados, apenas, ao início das obras e financiados através de instituições financeiras.

Art. 9º - A quantia rateada para os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis que não aderirem ao Programa será coberta pela Prefeitura Municipal e cobrada através do sistema de Contribuição de Melhoria.

Art. 10º - Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário